



**ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO  
FACULDADE GUILHERME GUIMBALA**

**MANUAL DE NORMALIZAÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO DO CURSO DE  
DIREITO  
De acordo com as normas da ABNT**

**JOINVILLE  
2022**

**SUMÁRIO**

<b>1</b>	<b>O QUE É ARTIGO CIENTÍFICO</b>	<b>3</b>
<b>1.1</b>	<b>NORMAS REGULADORAS</b>	<b>3</b>
<b>2</b>	<b>ESTRUTURA DO ARTIGO CIENTÍFICO</b>	<b>3</b>
<b>2.1</b>	<b>NORMAS GERAIS DE PADRONIZAÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>2.2</b>	<b>NUMERAÇÃO PROGRESSIVA DAS SEÇÕES</b>	<b>5</b>
<b>3</b>	<b>FORMAS DE CITAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>3.1</b>	<b>CITAÇÃO DIRETA</b>	<b>5</b>
<b>3.2</b>	<b>CITAÇÃO INDIRETA</b>	<b>6</b>
<b>3.3</b>	<b>CITAÇÃO DA CITAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>3.3</b>	<b>GRIFO NAS CITAÇÕES</b>	<b>7</b>
<b>4</b>	<b>FIGURAS E ILUSTRAÇÕES</b>	
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	

## 1 O QUE É ARTIGO CIENTÍFICO

O artigo científico é um trabalho acadêmico de investigação acerca de um tema jurídico previamente delimitado, cujo resultado do estudo é expresso em documento formal, regido pelas diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O artigo científico visa reunir informações, análises e interpretações científicas sobre o tema e problema previamente definidos e devidamente coordenado por um/a orientador/a.

### 1.1 NORMAS REGULADORAS

As recomendações disponibilizadas neste manual têm como base as seguintes normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em vigência no momento da elaboração do presente Manual de Normalização de Monografia do Curso de Direito:

- ABNT NBR 14724:2005 – Trabalhos acadêmicos
- ABNT NBR 6022:2018 - Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica
- ABNT NBR 6028:2003 – Resumos
- ABNT NBR 6024:2003 - Numeração progressiva das seções de um documento escrito
- ABNT NBR 10520:2002 - Citações em documentos
- ABNT NBR 6023:2018 - Referências - Elaboração

## 2 ESTRUTURA DO ARTIGO CIENTÍFICO

O artigo científico deverá conter os seguintes elementos constitutivos:

Figura 1 – Elementos que compõem um trabalho acadêmico-científico:

<b>Estrutura</b>	<b>Conteúdo</b>
Elementos pré-textuais	Título na língua vernácula (obrigatório) Título em língua estrangeira (obrigatório); Nome do/a autor/a, com qualificação e e-mail (obrigatório); Nome do/a orientador/a, com qualificação e e-mail (obrigatório); Resumo na língua vernácula e palavras-chave (obrigatório); Resumo em língua estrangeira e palavras-chave (obrigatório);
Elementos textuais	Introdução (obrigatório); Desenvolvimento (obrigatório); Considerações Finais (obrigatório)
Elementos pós-textuais	Referências bibliográficas (obrigatório); Glossário (opcional); Apêndice (opcional); Anexo (opcional); Agradecimentos (opcional).

Fonte: NBR 6022 (ABNT, 2018)

Todos os elementos acima elencados devem ser padronizados de acordo com as normas da ABNT, seguindo o Modelo de Artigo Científico disponibilizado pela Faculdade Guilherme Guimbala.

## 2.1 NORMAS GERAIS DE PADRONIZAÇÃO

O artigo científico deverá seguir os requisitos abaixo:

- a) Papel A4, com impressão em tinta preta em um só lado;
- b) Modo justificado;
- c) Quantidade de páginas do Artigo Científico entre o mínimo de 20 e o máximo de 30 páginas de texto;
- d) Espaçamento de 1,5 cm entre linhas;
- e) Notas de rodapé, espaço simples, fonte 10;
- f) Fonte: 12, Times New Roman;
- g) O recurso tipográfico a ser utilizado nas referências é o negrito;
- h) Sistema de chamada autor-data;
- i) Margens superior e esquerda de 2,5 cm;
- j) Margens inferior e direita de 2,5 cm;
- k) Numeração de páginas: deve ser feita com números arábicos, ao alto e à direita. A primeira página é contada, mas não é numerada;
- l) Os títulos das seções devem ser numerados, alinhados à esquerda, sem recuo, com letras maiúsculas, em negrito, iniciando nova folha;
- m) Nas citações com mais de três linhas usar recuo de 4 cm a partir da margem esquerda, fonte 11 e espaçamento simples;
- n) Utilizar, preferencialmente, a linguagem impessoal.

**Evitar excesso de citações diretas.** É necessário escrever paráfrases (citações indiretas) que também devem ter a referência, a fim de não caracterizar plágio. As citações diretas de doutrina devem ser utilizadas com parcimônia e quando são muito importantes. Não há um número mínimo ou máximo de citações por página, mas é preciso articular o texto com coesão.

**Coesão textual.** É importante revisar o texto e observar a coesão e a coerência dele, ou seja, sua “costura”, harmonia e sentido. Deve haver sentido, ligação entre o corpo do texto, as citações e todas as ideias que formam o texto.

## 2.2 NUMERAÇÃO PROGRESSIVA DAS SEÇÕES

A numeração das seções de um documento escrito tem por objetivo expor, numa sequência lógica, a relação entre elas e permitir sua localização. O indicativo de seção deve ser alinhado à margem esquerda, precedendo o título, dele separado por um espaço (não utilizar pontos ou traços entre o número e o título/subtítulo).

A formatação de cada seção indicada deve seguir o padrão ABNT, conforme abaixo discriminado:

- a) **TÍTULO** (seção primária): maiúsculas e negrito
- b) **SUBTÍTULO** (seção secundária): maiúsculas e negrito
- c) **Títulos** (seção terciária): minúsculas e negrito
- d) Subtítulos (seção quaternária): minúsculas e sublinhado
- e) seção quinária: minúscula

Exemplos:

## **1 INTRODUÇÃO**

## **2 DIREITO, CRIMINOLOGIA, JUSTIÇA RESTAURATIVA**

### **2.1 DIREITO**

#### **2.1.1 Democracia**

##### 2.1.1.1 Estado democrático de Direito

###### 2.1.1.1.1. Fundamentos

Importante: Todas as seções devem conter um texto relacionado com elas.

## **3 FORMAS DE CITAÇÃO**

Citação é a menção/referência a uma informação extraída de fonte externa, consultada pelo autor no texto no decorrer de sua produção.

Em todas as formas de citação, é necessário incluir a fonte, na seguinte ordem: SOBRENOME, ANO, PÁGINA.

Quando o documento consultado digitalmente não for paginado, inserir a abreviação “s.p.” no lugar do número da página.

Existem dois tipos de citação: direta e indireta, sendo obrigatória a referência de ambas.

### **3.1 CITAÇÃO DIRETA**

É a transcrição exata da ideia/trecho de obra do autor consultado.

**Citação com até 3 (três) linhas:** deve ser incluída no decorrer do texto entre aspas duplas. Exemplo:

Essa condição material e pragmática, é que afasta DUSSEL da concepção de comunidade de comunicação e aproxima-o da comunidade da vida, por uma compreensão de anterioridade lógica que permite interpretar “[...] eticamente a materialidade das vítimas – sempre na condição de vida negada em algum aspecto: como pobre, como dominação, opressão, exclusão [...].” (DUSSEL, 2006, p. 138)

**Citação com mais de 3 (três) linhas:** deve ser aposta em novo parágrafo, com recuo de 4cm, letra tamanho 11 e espaçamento simples.

Exemplo 1:

Em suma, acerca do desenvolvimento da singularidade, assevera Warat (1992, p. 37):

[...] a autonomia deve ser entendida como um processo através do qual se consegue ir afirmando uma pragmática da singularidade humana, pragmática que permite produzir paulatinamente (plena de contradições e conflitos) atos de resistência à alienação, à produção institucional da subjetividade e das decisões coletivas. Nesse sentido a autonomia, muitas vezes, é um ato de resistência à vontade de uma maioria institucionalmente interpretada

Exemplo 2:

Em suma, acerca do desenvolvimento da singularidade, assevera o autor:

[...] a autonomia deve ser entendida como um processo através do qual se consegue ir afirmando uma pragmática da singularidade humana, pragmática que permite produzir paulatinamente (plena de contradições e conflitos) atos de resistência à alienação, à produção institucional da subjetividade e das decisões coletivas. Nesse sentido a autonomia, muitas vezes, é um ato de resistência à vontade de uma maioria institucionalmente interpretada. (WARAT, 1992, p. 37)

### 3.2 CITAÇÃO INDIRETA

Texto que utiliza como base trecho ou ideia de outro autor, no entanto, não é escrito de forma literal. Assim como a citação direta, deve ser devidamente referenciado a fim de evitar a constatação de plágio.

Exemplo 1:

Como assevera Warat (1997, p. 72-73), a democracia não resta dependente de um sentido consagrado pois ela é a dinâmica de uma imaginação produtiva, que concretiza espaços de resistência e transgressão, sempre em movimento, visando um futuro como problema e não como certeza.

Exemplo 2:

Assim, a democracia não resta dependente de um sentido consagrado pois ela é a dinâmica de uma imaginação produtiva, que concretiza espaços de resistência e transgressão, sempre em movimento, visando um futuro como problema e não como certeza. (WARAT, 1997, p. 72-73)

### 3.3 CITAÇÃO DA CITAÇÃO

Somente é utilizada quando não há possibilidade de acesso ao texto original.

A indicação da obra não consultada deve ser feita pelo sobrenome do autor original, ano de publicação da obra, seguido da expressão latina *apud*, que significa “citado por” e do sobrenome do autor da obra lida, do ano e da página.

Exemplo 1:

Assim, ressalta a necessidade de um processo democrático de produção de subjetividade, estimulador da criação e da produção de novas realidades e significação, afastando-se da leitura formal de conteúdo abstrato e universal da democracia realizada pelos juristas. (WARAT, 1992 *apud* RIBEIRO, 2017, p. 50)

Exemplo 2:

Warat (1992 *apud* RIBEIRO, 2017, p. 50) ressalta a necessidade de um processo democrático de produção de subjetividade, estimulador da criação e da produção de novas realidades e significação, afastando-se da leitura formal de conteúdo abstrato e universal da democracia realizada pelos juristas.

### 3.4 GRIFO NAS CITAÇÕES

Quando o texto original estiver grifado (itálico, negrito), usar, ao final da citação: (grifo do autor)

Exemplo:

A igualdade é o princípio de legitimação, de justiça: “a simples forma dos direitos subjetivos não permite resolver o problema da legitimidade dessas leis. Entretanto, o princípio do discurso revela que **todos** têm um direito a maior medida possível de iguais liberdades de ação subjetivas” [...]. (grifo do autor)

Quando o grifo for do autor(a) do artigo científico, ou seja, daquele que está redigindo o texto, usar, ao final da citação: (grifo nosso)

Exemplo:

Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que **alguém** sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. (grifo nosso)

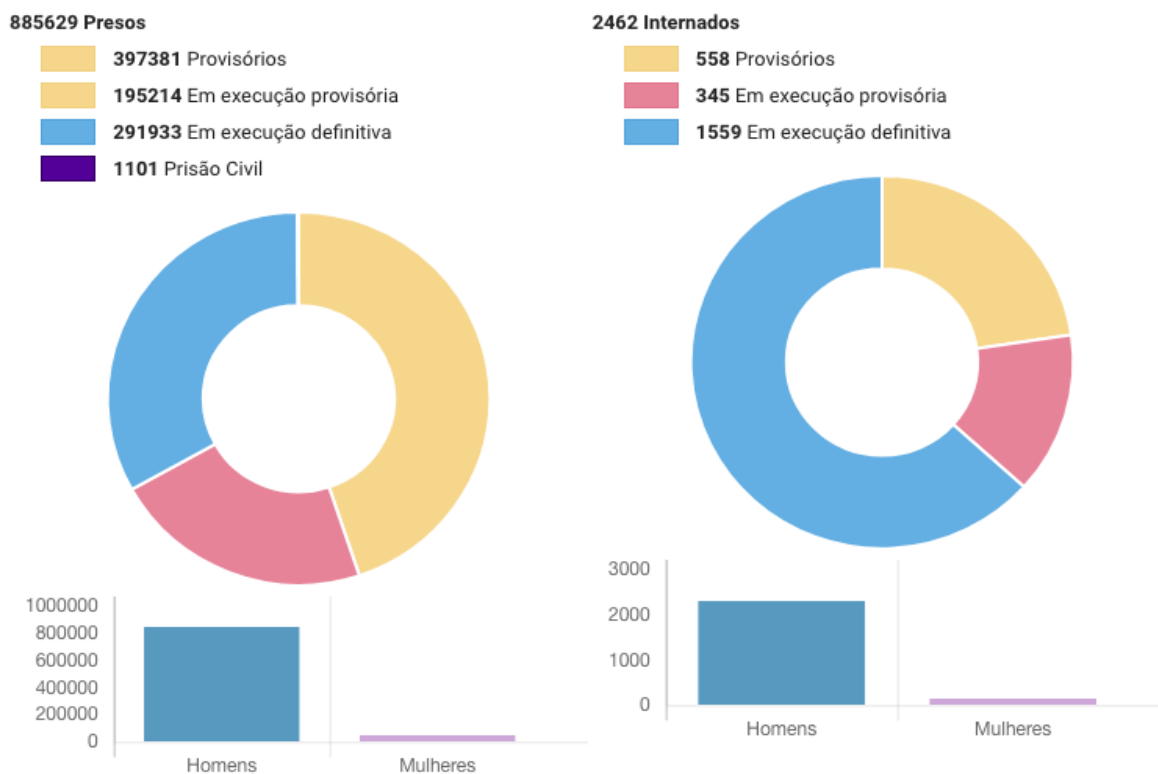
### 4 FIGURAS E/OU ILUSTRAÇÕES

As figuras e/ou ilustrações são elementos que complementam visualmente o documento e devem ser inseridas o mais próximo possível do trecho a que se referem. Estão compreendidos nesta categoria: quadros, tabelas, fotografias, esquemas, fluxogramas, gráficos, organogramas, mapas, entre outros.

A apresentação gráfica de todas as categorias deve ser precedida pela identificação da categoria, número e título, todos em letras tamanho 11, minúsculas e com espaçamento simples. Na parte inferior à figura e/ou ilustração, deve constar a palavra fonte e a identificação de onde a figura/ilustração foi retirada, com letras tamanho 11 minúsculas, espaçamento simples, e o ano entre parênteses.

## 4.1 EXEMPLO DE APRESENTAÇÃO GRÁFICA

Gráfico 1 – Pessoas privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (2021)

Observação: Quando a ilustração e/ou figura for criada pelo autor, deve constar na fonte.  
Exemplo: Fonte: Do autor (ano).

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências devem ser elaboradas em espaço simples, alinhadas à margem esquerda do texto e separadas entre si por uma linha em branco de espaço simples.

As referências devem ser reunidas no final do trabalho, em ordem alfabética de seus elementos. Se houver numerais, considerar a ordem crescente.

### a) Livro

Elementos: Autor(es), título, edição, local, editora e data de publicação.

Exemplos: ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.



BAVARESCO, Agemir; BARBOSA, Evandro; ETCHEVERRY, Katia Martin (org.). **Projetos de filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. *E-book*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetosdefilosofia.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2011

#### **b) Parte do livro**

Elementos: Autor(es), título da parte, seguidos da expressão “*In*” e da referência completa do livro no todo.

Exemplo: PIRES, Guilherme Moreira. Senso comum democrático: ensaio abolicionista contra a pureza do poder (parte 2). *In*: PIRES, Guilherme Moreira; CORDEIRO, Patrícia. **Abolicionismos e cultura libertária**: inflexões e reflexões sobre estado, democracia, linguagem, delito, ideologia e poder. Florianópolis: Empório do Direito, 2017, p. 249-270

#### **c) Publicação periódica (revista científica, jornal etc.)**

Elementos: Autor(es), título da parte, título da publicação, local, volume, número, paginação inicial e final.

Exemplo: WARAT, Luis Alberto. A fantasia jurídica da igualdade: democracia e direitos humanos numa pragmática da singularidade. **Sequência**: estudos jurídicos e políticos, Florianópolis, v. 13, n. 24, p. 36-52, set. 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/16138>. Acesso em: 10 jul. 2018

#### **d) Artigo e/ou matéria de jornal**

Elementos: autor, título, subtítulo (se houver), título do jornal, subtítulo do jornal (se houver), local de publicação, numeração do ano e/ou volume, número (se houver), data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente. Quando não houver seção, caderno ou parte, a paginação do artigo ou matéria precede a data.

Exemplos: OTTA, Lu Aiko. Parcela do tesouro nos empréstimos do BNDES cresce 566 % em oito anos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 131, n. 42656, 1 ago. 2010. Economia & Negócios, p. B1.

VERÍSSIMO, L. F. Um gosto pela ironia. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 47, n. 16.414, p. 2, 12 ago. 2010. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&action=flip>. Acesso em: 12 ago. 2010.

PROFESSORES terão exame para ingressar na carreira. **Diário do Vale**, Volta Redonda, v. 18, n. 5877, 27 maio 2010. Caderno Educação, p. 41. Disponível em: <http://www.bancadigital.com.br/diariodovale/reader2/Default.aspx?pid=1&eid=495&lp=38&rP=39&IT=page>. Acesso em: 29 set. 2010

**e) Legislação** (Constituição, Decreto, Decreto-Lei, Emenda Constitucional, Emenda à Lei Orgânica, Lei Complementar, Lei Delegada, Lei Ordinária, Lei Orgânica e Medida Provisória, entre outros.)

Elementos: Jurisdição, título, numeração, data e dados da publicação.

Exemplos: BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em: 15 mar. 2016.

## f) Jurisprudência

Elementos: jurisdição (em letras maiúsculas); nome da corte ou tribunal; turma e/ou região (entre parênteses, se houver); tipo de documento (agravo, despacho, entre outros); número do processo (se houver); ementa (se houver); vara, ofício, cartório, câmara ou outra unidade do tribunal; nome do relator (precedido da palavra Relator, se houver); data de julgamento (se houver); dados da publicação.

Em ementas e epígrafes demasiadamente longas, pode-se suprimir parte do texto, desde que não seja alterado o sentido. A supressão deve ser indicada por reticências, entre colchetes.

Exemplos: SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça (2. Câmara de Direito Civil) **Apelação Cível 0010220-57.2014.8.24.0023**. Habilitação de casamento. Pessoas do mesmo sexo. Impugnação do Ministério Público. Sentença de procedência. Insurgência do parquet. Decisão do Supremo Tribunal Federal que reconhece a possibilidade de união homoafetiva. Principiologia constitucional que se aplica ao casamento. Ausência de vedação na legislação infraconstitucional. Prevalência da dignidade da pessoa humana e não discriminação em razão do sexo. Sentença mantida. Recurso improvido. Apelante: Ministério Público de Santa Catarina. Apelado: M. D. dos S. F. e F. R. C. Relator: Des. João Batista Góes Ulysséa, 22 de setembro de 2016. Disponível em: [http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only\\_ementa=&frase=&id=AABAg7AADAAIOTCAAH&categoria=acordao\\_5](http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AABAg7AADAAIOTCAAH&categoria=acordao_5). Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 333**. Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, [2007]. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?&b=TEMA&p=true&t=&l=10&i=340#TIT333TEMA0>. Acesso em: 19 ago. 2011.

**g) Atos administrativos normativos** (ato normativo, aviso, circular, contrato, decreto, deliberação, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, ofício, ordem de serviço, parecer, parecer normativo, parecer técnico, portaria, regimento, regulamento e resolução, entre outros.)

Elementos: jurisdição ou cabeçalho da entidade (em letras maiúsculas); epígrafe: tipo, número e data de assinatura do documento; ementa; dados da publicação. Quando necessário, acrescentam-se ao final da referência, como notas, elementos complementares para melhor identificar o documento, como: retificações, ratificações, alterações, revogações, dados referentes ao controle de constitucionalidade, vigência, eficácia, consolidação e atualização.

Exemplo: BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução Nº 291 de 23 de agosto de 2019**. Consolida as Resoluções do Conselho Nacional de Justiça sobre a Política e o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário e dá outras providências. Diário de Justiça Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça n.º 179 de 30 de agosto de 2019. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2992>. Acesso em: 15 jan. 2020.

#### **h) Trabalhos acadêmicos** (monografia, dissertação, tese)

Elementos: autor, título, subtítulo (se houver), ano de depósito, tipo do trabalho (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso e outros), grau (especialização, doutorado, entre outros) e curso entre parênteses, vinculação acadêmica, local e data de apresentação ou defesa.

Exemplo: MENDONÇA, Rafael. **O desafio ético do mediador ambiental**: por uma ética da libertação biocêntrica subjacente à deontologia da mediação de conflitos ambientais. 2012. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

#### **i) Obra com mais de três autores/as**

Quando houver quatro ou mais autores, convém indicar todos. Permite-se que se indique apenas o primeiro, seguido da expressão *et al.*

Exemplos: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* **Código brasileiro de defesa do consumidor**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

Ou

GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIN, Antônio Herman de V. e; FINK, Daniel Roberto; FILOMENO, José Geraldo Brito; WATANABE, Kazuo; NERY JUNIOR, Nelson; DENARI, Zelmo. **Código brasileiro de defesa do consumidor**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

#### **j) Obra com organizador/a ou coordenador/a**

Entrada deve ser feita pelo nome do/a responsável, seguida da abreviação, no singular, do tipo de participação.

Exemplo: RIFIOTIS, Theophilos; RODRIGUES, Tiago Hyra (org.). **Educação em Direitos Humanos**: Discursos críticos e temas contemporâneos. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

### I) Obra com tradutor ou outras responsabilidades

Devem ser incluídas após o título.

Exemplo: ZAFFARONI, Eugenio Raul. **O inimigo no direito penal**. Tradução Sérgio Lamarão. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.

### m) Edições

i) Primeira edição não precisa ser mencionada.

Exemplo: NORTE, Sergio Augusto Queiroz. **Bakunin: sangue, suor e barricadas**. Campinas: Papyrus, 1988.

ii) Indicam-se emendas e acréscimos à edição, de forma abreviada.

Exemplo: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. **Direito Administrativo**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

## 5.1 DOCUMENTOS SEM DATA

Se nenhum ano de publicação, distribuição ou impressão puder ser identificado no documento, deve ser indicado um ano, entre colchetes:

- [1990 ou 1991] – um ano ou outro
- [1990?] – ano provável
- [entre 1990 e 1999] – usar intervalos menores de 20 anos
- [ca. 1990] – ano aproximado
- [199-] – década certa
- [199-?] – década provável
- [19--] – século certo
- [19--?] – século provável

EXEMPLO: NORTE, Sergio Augusto Queiroz. **Bakunin: sangue, suor e barricadas**. Campinas: Papyrus, [198-].

## 5.2 OUTRAS ABREVIATURAS UTILIZADAS

Abreviatura	Significado
atual.	atualizado
coord.	coordenador
ed.	edição, editor
<i>et al</i>	<i>et alii</i>
org.	organizador, organizadores
rev.	revisada
<i>s.l.</i>	<i>sine loco</i> (quando não há local de publicação)*
<i>s.n.</i>	<i>sine nomine</i> (quando não há identificação da editora)*

\* Quando não houver local de publicação ou editora, indica-se a abreviação *s.l.* ou *s.n.*, entre colchetes. Exemplos:

NORTE, Sergio Augusto Queiroz. **Bakunin:** sangue, suor e barricadas. [*s.l.*]: Papyrus, 1988.

NORTE, Sergio Augusto Queiroz. **Bakunin:** sangue, suor e barricadas. Campinas: [*s.n.*], 1988.

#### Abreviatura dos meses (NBR 6023)

Janeiro: jan.

Fevereiro: fev.

Março: mar.

Abril: abr.

Maior: maio

Junho: jun.

Julho: jul.

Agosto: ago.

Setembro: set.

Outubro: out.

Novembro: nov.

Dezembro: dez.